



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

EDITAL Nº 010, de 12 de junho de 2017

A COORDENADORA DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, em conformidade com a competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR-CH n. 22, de 26/01/2017, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR/MPU nº 378, de 09 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias n. 576, de 12/11/2010, n. 155, de 30/03/2011, e n. 539, de 04/10/2011 – e à Resolução n. 42/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pelas Resoluções n. 52, de 11 de maio de 2010 e 62, de 31 de agosto de 2010, **RESOLVE**:

1. Divulgar os gabaritos preliminares e o inteiro teor das provas do Processo Seletivo para Estagiários de Direito, Administração, Engenharia Civil, Informática, Jornalismo e Secretariado, conforme anexos deste Edital.
2. Declarar aberto o prazo para interposição de recursos em face dos gabaritos preliminares das **provas objetivas**, nos termos dos editais de abertura dos certames.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com uma letra 'A' inicial grande e decorativa.

ANTONÉLIA CARNEIRO SOUZA
Coordenadora de Estágio



MPF
Ministério Público Federal

**Procuradoria
da República
em Sergipe**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE JORNALISMO**

2017

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta. Contém, ainda, uma PROVA SUBJETIVA, com 1 (uma) questão dissertativa.
2. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e DA FOLHA DE RESPOSTA DEFINITIVA DA PROVA SUBJETIVA, que serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
5. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
6. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito



PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

PROVA 1 2 3 4

Exemplo para o preenchimento
da inscrição nº 0000123

Não é necessário o preenchimento
deste campo PROVA

CORRETO

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

ERRADO

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	2	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	●	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto para as questões **01, 02 e 03**

O Ministério Público Federal (MPF) em São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, denunciou oito pessoas por fraudes no Programa Farmácia Popular do Brasil. Os golpes aconteceram entre 2010 e 2013 e geraram prejuízo de pelo menos R\$ 142 mil aos cofres públicos. O desvio de recursos federais se deu por meio de vendas simuladas de medicamentos em cinco drogarias nos municípios paulistas de Casa Branca, Mogi Mirim, São José do Rio Pardo e São Sebastião da Gramma.

Os remédios adquiridos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil são pagos parcial ou integralmente pelo governo federal. Para isso, a drogaria credenciada deve registrar a venda do medicamento no sistema informatizado autorizador e aguardar o reembolso pelo Ministério da Saúde. A transação precisa ser comprovada por um cupom vinculado contendo nome, assinatura e CPF do beneficiário, documento que a farmácia deve guardar por cinco anos.

Para praticar as fraudes, os denunciados inseriram no sistema vendas fictícias, utilizando indevidamente nomes e números de CPF de consumidores que não adquiriram os medicamentos e até mesmo de pessoas já falecidas. Algumas dessas transações não possuíam cupons vinculados que as justificassem, enquanto para outras foram apresentados comprovantes com assinatura falsificada. Os golpes envolveram ainda o uso de receituários médicos falsos e a suposta aquisição de remédios por funcionários dos estabelecimentos, sem a devida comprovação de regularidade.

01 - O texto afirma que:

- a) O sistema de aquisição e pagamento de medicamentos do Programa Farmácia Popular do Brasil facilita fraudes.
- b) O uso de CPF de consumidores e receituários médicos indica que outras pessoas, além dos

funcionários das farmácias, podem estar envolvidas nas fraudes.

- c) No programa Farmácia Popular do Brasil há um intervalo de tempo entre a aquisição do medicamento pelo consumidor e o pagamento do produto pelo governo federal à farmácia que realizou a venda.
- d) A aquisição de remédios por funcionários das farmácias credenciadas ao programa é irregular.
- e) O governo federal custeia por completo todas as aquisições de medicamentos feitas através do programa Farmácia Popular do Brasil.

02 - Aponte o item em que a(s) substituição(ões) altera(m) o conteúdo do texto.

- a) “Os golpes aconteceram entre 2010 e 2013” por “os golpes aconteceram no período entre os anos de 2010 e 2013”
- b) “Vendas simuladas de medicamentos em cinco drogarias” por “vendas falsas de medicamentos em cinco drogarias”
- c) “A transação precisa ser comprovada por um cupom vinculado” por “a operação de venda precisa ser comprovada por um cupom vinculado”
- d) “Utilizando indevidamente nomes e números de CPF” por “utilizando inadvertidamente nomes e números de CPF”
- e) “os denunciados inseriram no sistema vendas fictícias” por “os denunciados registraram no sistema vendas fictícias”

03 - Aponte a palavra em que a acentuação segue a mesma regra que em “receituários”.

- a) Cálido
- b) Ninguém
- c) Caráter
- d) Viúva
- e) Amável

04 - O uso da crase é necessário em:

a) A propina foi paga de outubro de 1998 a dezembro de 2002.

b) Clientes têm reclamado que, mesmo com a redução dos pacotes a partir da exclusão das emissoras, as empresas continuam cobrando os valores integrais das mensalidades.

c) O Ministério Público Federal em Marília, no interior de São Paulo, recomendou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que adote as medidas necessárias para implementação do projeto de construção do contorno da BR-153 no município.

d) Ao fugirem com o dinheiro do crime, em um carro roubado, atiraram contra três policiais que os perseguiam em uma estrada em Iguape (litoral sul de SP), acertando a viatura.

e) Somadas as penas pelos outros crimes, Pereira e Raposo receberam penas de 15 anos, cinco meses, três dias de prisão e multa, que deverão ser cumpridas em regime fechado.

05 - Assinale a alternativa em que não há erro de pontuação:

a) Dois laudos do Iphan, de 2008 e 2011, já apontavam o estado de degradação do edifício.

b) Além da desfiguração de elementos originais do local, os técnicos identificaram infiltrações; improvisos no sistema elétrico; falta de equipamentos para combate a incêndios e a deterioração da fachada.

c) O órgão municipal por sua vez informou ao MPF que o processo estava pendente devido à falta de diversos documentos ainda não apresentados pelos proprietários.

d) Para o MPF, tais medidas se fazem necessárias, uma vez que os profissionais de nutrição desempenham papel central, na execução, e monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

e) Os donos do Hotel Queluz, foram multados em R\$ 3,27 milhões.

06 - A formação do plural está incorreta em:

- a) Fregueses
- b) Apreensões
- c) Álbuns
- d) Projétis
- e) Ônus

07 - Assinale o item em que a concordância verbal e/ou nominal está correta.

a) Acontece que, pelas regras do programa, alunos que possuem 100% de financiamento são isentos do pagamento das mensalidades e não podem ser cobrados por qualquer diferença que extrapolarem o limite semestral.

b) Além disso, a prática da universidade viola os artigos 5º e 37º da Constituição Federal de 1988 (CF), que dispõe, respectivamente, sobre o direito à informação dos órgãos públicos e do princípio da publicidade, no qual os atos da administração pública devem ser divulgados amplamente aos cidadãos.

c) O MPF também pediu que a União, através do Arquivo Nacional, fosse obrigada a reunir, sistematizar e publicar toda a documentação relativa às violações de direitos humanos sofrida pelos povos indígenas durante o período da ditadura militar, disponibilizando-as na rede mundial de computadores.

d) Desde 2012, o Ministério Público Federal (MPF) em Belo Horizonte vinha requerendo à Anvisa a proibição dos termômetros analógicos, devido ao risco potencial que acarretam aos usuários em função da presença do mercúrio.

e) De acordo com a ação, a instituição de educação superior, mantida por Lael Varella Educação e Cultura Ltda, tem reajustado suas mensalidades em valor superior ao que é autorizado pelo MEC nos contratos do FIES, inclusive com cobranças retroativa.

08 - Assinale a opção em que a palavra em destaque apresenta a regência verbal correta.

- a) Aquela é a moça **com** quem discuti.
- b) Rafaela aspira **a** carreira de procuradora.
- c) Pediu aos participantes que se dirigissem **a** sala de audiência.
- d) Estes são os meios **a que** disponho para fazer a divulgação da ação judicial.
- e) Este é o hospital **em que** recorreu no dia do acidente.

09 - Marque o item que apresenta erro de concordância verbal e/ou nominal.

a) Além do ex-governador, dos ex-secretários Wilson Carlos e Hudson Braga, do executivo da Carioca Engenharia, Ricardo Pernambuco, do ex-subsecretário de transportes e do diretor da Rio Trilhos, também foram denunciados pelo MPF Carlos Miranda, Luiz Carlos Bezerra, Wagner Jordão e José Orlando Rabelo, operadores financeiros do esquema.

b) Em diligências de busca e apreensão autorizadas durante a operação Calicute, foram apreendidas diversas anotações que indicam o pagamento de propina pela empreiteira FW Engenharia em benefício da organização criminosa chefiada por Sérgio Cabral.

c) Ainda de acordo com a denúncia, foi constatada a omissão no recolhimento de R\$ 98 mil em contribuições previdenciárias aos cofres do INSS, bem como a utilização da empresa Empório Stock Center para ocultar bens e valores obtidos com as atividades da organização criminosa.

d) Os condomínios são financiados por meio do Programa Minha Casa Minha vida, mantido pelo Fundo de Arrendamento Residencial, que por lei têm o objetivo de atender à população de baixa renda.

e) Além de obrigar as responsáveis pelo empreendimento a corrigir os defeitos e vícios de construção decorrentes da má execução das obras, o MPF pede que as a empresa e o banco sejam condenados a pagar danos materiais, conforme artigo 95 do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista os prejuízos causados aos compradores da unidade habitacional.

10 - Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade _____ pessoa com deficiência, _____ a salvo de toda forma de violência, _____ e discriminação.

(Art. 27. Parágrafo único. Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- a) a / a colocando / negligencia
- b) à / colocando-a / negligência
- c) a / colocando-a / negligência

d) a / a colocando / negligencia

e) à / a colocando / negligência

Conhecimentos Específicos

11 - Assinale a opção de lide que não está de acordo com as técnicas de redação jornalística.

a) O Ministério Público Federal em São Paulo ajuizou ação civil pública para que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realize obras de restauração em seis imóveis de sua propriedade, na Vila Maria Zélia, localizada na zona leste da capital paulista. As edificações estão em completo estado de abandono, com risco de desabamento de partes das fachadas, paredes e coberturas, colocando em perigo moradores e visitantes que circulam pela área.

b) O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES) obteve a condenação do empresário Marcos Alexandrino Martins Astolpho por sonegação fiscal, referente ao não-pagamento de R\$ 21.511.900,16 de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A Justiça determinou pena de quatro anos, cinco meses e dez dias em regime, inicialmente, semiaberto. O condenado deverá também pagar multa no valor de R\$ 32.770,00, atualizados monetariamente desde outubro de 2013.

c) O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE) conseguiu decisão judicial que condena o ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes Newton Carneiro pela prática de improbidade administrativa. Ele foi responsável pela aplicação irregular de R\$ 961 mil em recursos federais, provenientes do Ministério da Justiça, que deveriam ter sido destinados à implementação de uma política de segurança pública de prevenção para o município.

d) O Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) ingressou com ação na Justiça Federal para suspender a fiscalização de trânsito e o registro de autuações por videomonitoramento em Fortaleza. Para o MPF, além de não estarem regulamentados pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), os equipamentos utilizados na capital permitem a invasão da privacidade e da intimidade de condutores e passageiros, violando direitos assegurados na Constituição Federal.

e) Foi expedida recomendação do Ministério Público Federal (MPF) à Prefeitura de Manaus. A Prefeitura tem o prazo de 30 dias para alterar os nomes dos bairros Alfredo Nascimento e Amazonino Mendes, além das ruas de nome Alfredo Nascimento, localizadas nos bairros Aleixo, Mauzinho e Alvorada, e da rua Amazonino Mendes, no bairro Santa Etelvina, já que a recomendação tem como objetivo obrigar a prefeitura a adotar providências para alterar o nome de bens públicos municipais, suprimindo o nome de qualquer pessoa viva.

12 - Assinale a opção mais adequada para um título de relise do MPF, a ser divulgado para os veículos de comunicação locais:

a) Prefeito e secretário de agricultura de Ilcínea (MG) são denunciados por extração ilegal de cascalho.

b) Extração ilegal de cascalho é motivo de denúncia do MPF contra prefeito e secretário de Agricultura de Ilcínea (MG).

c) Ilcínea (MG): MPF denuncia prefeito e secretário de Agricultura por extração ilegal de cascalho.

d) MPF denuncia prefeito e secretário de Agricultura de Ilcínea (MG) por extração ilegal de cascalho.

e) Após denúncia do MPF, prefeito e secretário de Agricultura de Ilcínea (MG) responderão por extração ilegal de cascalho.

13 - A definição “notícia do ponto de vista da instituição e, por isso, o seu valor jornalístico é relativo (depende de um tratamento adequado, se possível enriquecido com novos dados apurados pelo repórter)”, do Dicionário de Comunicação de Rabaça e Barbosa (2001), se refere à (ao):

- a) Nota
- b) *House Organ*
- c) Relise
- d) Artigo
- e) Reportagem

14 - Analise as proposições do Manual de Redação de Textos Jornalísticos da Embrapa (2007):

I - Seus atributos são atualidade, veracidade, oportunidade, curiosidade, interesse humano e importância.

II - Pequeno texto informativo, geralmente com cerca de dez linhas, contendo apenas informações básicas para despertar o interesse das redações, instigando-as à busca de dados adicionais. Pode ser também o contato pessoal entre o jornalista da assessoria de imprensa e o da redação, em que é sugerida a abordagem de determinado tema a partir de informações preliminares.

III - Deve referir-se sempre ao principal aspecto do texto e conter o menor número possível de palavras. Deve despertar o interesse do leitor, anunciar o fato e contribuir para que o texto se destaque entre os muitos que chegam às redações todos os dias.

As afirmações se referem à (ao):

- a) Aviso de pauta, Lide, Nota
- b) Notícia, Sugestão de Pauta, Título
- c) Reportagem, Relise, Lide
- d) Jornal Mural, Nota, Resumo
- e) Nota, Aviso de Pauta, Lide

15 - Analise a proposição:

Centrado(a) na figura da fonte e editado(a) em formato específico, é considerado(a) um gênero nobre do jornalismo, que gera leitura. Pode ser publicado(a) em formato “relato” ou “pingue-pongue”.

O texto se refere à (ao):

- a) Crônica
- b) Artigo
- c) Reportagem
- d) Relise
- e) Entrevista

16 - Classifique as proposições abaixo em verdadeiras ou falsas.

De acordo com o Artigo 7º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aprovado e editado pela Federação Nacional dos Jornalistas (2007), o jornalista não pode:

I - impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias;

II - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações

públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas;

III - permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas;

IV - valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais.

A ordem correta da classificação das proposições é:

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, F
- c) V, F, F, V
- d) V, V, V, V
- e) V, F, V, F

17 - Marque a alternativa que apresenta a melhor opção de lide para uma matéria de rádio do programa Direito de Todos. O programa, produzido pela Procuradoria Geral da República, apresenta matérias sobre a atuação do MPF, é editado em Brasília e transmitido pela Rádio Justiça para todo o Brasil.

a) Em Sergipe, seis pessoas de uma mesma família estão sendo processadas devido ao estado de abandono em que se encontram imóveis tombados em uma fazenda da qual são proprietários. A fazenda Iolanda, no município de Itaporanga D'Ajuda, abriga as primeiras construções jesuítas do Estado.

b) Seis pessoas de uma mesma família estão sendo processadas devido ao estado de abandono em que se encontram imóveis tombados em uma fazenda da qual são proprietários em Sergipe. A fazenda Iolanda, no município de Itaporanga D'Ajuda, abriga as primeiras construções jesuítas do Estado.

c) A fazenda Iolanda, no município de Itaporanga D'Ajuda, no Estado de Sergipe, abriga as primeiras construções jesuítas do Estado. Mas as construções se encontram abandonadas. Por isso, o Ministério Público Federal está processando seis pessoas de uma mesma família, proprietários do imóvel.

d) Penalizar Seis pessoas de uma mesma família pelo abandono em que se encontram imóveis tombados em uma fazenda da qual são proprietários em Sergipe. Esse

é o objetivo de uma ação do MPF, em torno da fazenda Iolanda, no município de Itaporanga D'Ajuda, que abriga as primeiras construções jesuítas do Estado.

e) Em Sergipe, o Ministério Público Federal está processando seis pessoas de uma mesma família, proprietários de um imóvel tombado, mas atualmente em estado de completo abandono. Os parentes são proprietários da fazenda Iolanda, no município de Itaporanga D'Ajuda, que abriga as primeiras construções jesuítas do Estado.

18 - São atividades típicas de uma assessoria de comunicação:

a) Elaborar relises, atuar no serviço de atendimento ao cidadão, no caso de órgãos públicos, ou ao consumidor, em instituições privadas e elaborar *mailing*.

b) Cobertura fotográfica de pautas e eventos, realizar atendimento à imprensa, prestar suporte em Tecnologia da Informação.

c) Apoiar a realização de eventos institucionais, acompanhar entrevistas, confeccionar *press kits*.

c) Organizar entrevistas coletivas, realizar auditoria externa da organização, gerenciar o site institucional.

d) Fazer radioescuta, analisar o noticiário, atender prioritariamente jornalistas de TV.

e) Gerenciar ações do Memorial, redigir manuais técnicos da instituição, divulgar atuação do chefe ou presidente do órgão ou instituição.

19 - É(São) considerado(s) veículo(s) de comunicação interna:

a) Pauta, *Newsmaking*, *Briefing*

b) *Mailing*, *Press Kit*, *Media Training*

c) Banco de Dados, Relatório, *Press-Trip*

d) *House Organ*, Jornal Mural, *Intranet*

e) Dossiê, Publieditorial, Gerenciamento de crise

20 - Analise o texto abaixo:

Nesta quarta-feira, 17 de outubro, o MPF inicia o seu 19º Encontro Nacional de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. O evento, organizado pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (4ª CCR) do MPF, acontece no

Mercure Aracaju Del Mar Hotel. Antes da abertura do evento, às 17h30, o coordenador da 4ª CCR, o subprocurador-geral da República, Mário Gisi, estará disponível para conceder entrevistas, no local do evento. Os interessados poderão fazer imagens da abertura do evento, prevista para as 18h. Outros detalhes do evento estão disponíveis no release em anexo e no site do MPF/SE, no endereço www.mpf.mp.br/se.

Este é um texto produzido pela Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Sergipe, divulgado para o *mailing* da assessoria. Esse tipo de texto é denominado:

- a) Nota
- b) *Press release*
- c) Editorial
- d) E-mail
- e) Aviso de Pauta

PROVA SUBJETIVA

Com base nas informações apresentadas abaixo, redija um relise. Elabore um título para seu texto e, se achar conveniente, um subtítulo. A avaliação da prova subjetiva levará em consideração correção gramatical, coesão e coerência do texto, adequação ao tema proposto, adequação às técnicas de redação jornalística

O texto deve ser entregue, sem rasuras e com letra legível, na folha de resposta da prova subjetiva. O candidato pode utilizar a folha de rascunho anexada à prova.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO
DE EUNÁPOLIS – BAHIA

RECOMENDAÇÃO
Nº 004/2016

Recomenda ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e Secretário de Saúde do Município de Santa Cruz Cabralia/BA para que elaborem e acompanhem a execução do Plano de Contingência para o enfrentamento da tríplice epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya), dentre outras providências.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscritor da presente, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal de 1988, artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 23 da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o artigo 197, também da Constituição Federal estabelece que "são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado";

CONSIDERANDO que o mesmo texto constitucional, em seu art. 129, inciso II, estabelece que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a situação epidemiológica da dengue no Estado da Bahia, até a semana epidemiológica n.º 43 do ano em curso, registrou 67.599 casos suspeitos, projetando uma possível ocorrência de epidemia explosiva para o ano de 2016;

CONSIDERANDO que a série histórica aponta para o aumento do número de casos entre a 12ª e a 25ª semanas do ciclo anual, demandando medidas emergenciais ANTES do referido período;

CONSIDERANDO ainda a circulação do vírus tipo 1 e tipo 4 (DENV 1 e DENV 4) no Estado da Bahia, o que eleva o risco das formas graves de febre hemorrágica;

CONSIDERANDO que a circulação concomitante dos vírus da CHICUNGUNYA (CHIKV) e o ZIKA VIRUS (ZIKAV) aumenta a vulnerabilidade da nossa população, especialmente em razão da associação deste último vírus aos casos de malformação por microcefalia em recém-nascidos;

CONSIDERANDO que a coinfeção dos três tipos de vírus tem sido apontada como a possível causa da elevação de casos de Síndrome de Guillain-Barré na Capital do Estado, demandando recursos medicamentosos (imunoglobulina) e tecnológicos de alto custo (UTI – Unidade de Tratamento Intensivo) para o cuidado adequado a estes pacientes;

CONSIDERANDO que o término do exercício fiscal no ano de 2015, quando tradicionalmente os municípios desmobilizam suas equipes de saúde, inviabiliza o trabalho de campo para a prevenção da epidemia e cujos reflexos dessa medida são sentidos nas semanas epidemiológicas já citadas;

RECOMENDA ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, e Secretário de Saúde do Município de Santa Cruz Cabralia/BA:

I – intensificar a oferta de serviços de saúde, de qualquer natureza, em especial das ações de controle de vetor e manejo clínico de dengue, zika e chikungunya;

II – que apótem os recursos necessários à execução das ações citadas no item I;

III - que executem integralmente o Plano Municipal de Contingência, adotando todas as medidas ali previstas para a redução das consequências da tríple epidemia, cumprindo-se, inclusive, as orientações constantes do Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue vigente, elaborado pelo Ministério da Saúde (disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/janeiro/20/plano-contingencia-dengue-19jan15-web.pdf>), bem como as determinações constantes da Nota Informativa Nº 01/2015 – COES MICROCEFALIAS – Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN (<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/17/MICROCEFALIAS---Nota-informativa-1---17nov2015.pdf>), ou outra diretriz que venha a sucedê-la;

IV - que, na hipótese do município não possuir Plano de Contingência elaborado, sejam adotadas imediatamente medidas emergenciais determinadas pelo Ministério da Saúde e referidas no Item III da presente Recomendação, observando-se, ainda, as seguintes ações:

a) redefinir estratégias de Vigilância Epidemiológica e das ações de controle vetorial, com estabelecimento de fluxos mais oportunos e sensíveis à situação de crise;

b) analisar e divulgar a situação epidemiológica do município quanto à ocorrência de dengue, zika e chikungunya;

c) intensificar o fluxo de notificação das unidades de saúde das redes pública e privada, ressaltando que, para os casos suspeitos de chikungunya e óbitos suspeitos de dengue, a notificação deve ser IMEDIATA (em 24 horas através de e-mail, fax ou telefone, conforme Portaria GM/MS nº 1271, de 6 de junho de 2014) à vigilância epidemiológica municipal e DIVEP (Portaria disponível http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html);

d) determinar que sejam notificados, imediatamente, todos os casos de microcefalia fetal ou neonatal através do sítio eletrônico <http://www.resp.saude.gov.br>

e) implementar o protocolo de manejo clínico do paciente com dengue, zika e chikungunya nas unidades de saúde, em todos os níveis de atenção à saúde (atenção básica, urgência e emergência e hospitalar), utilizando a classificação de risco como estratégia para definição de prioridades de atendimento e conduta adequada aos respectivos estadiamentos (A, B, C, D);

f) envolver órgãos e instituições públicas no âmbito municipal, para ações inter-setoriais de prevenção e controle da tríple epidemia;

g) realizar campanha de sensibilização da população para as medidas de controle do vetor, bem como alertar sobre os sinais e sintomas da doença e os riscos da automedicação;

h) levantar os recursos disponíveis no município, necessários às ações de bloqueio de transmissão e atenção aos pacientes com dengue (soro, cadeiras, suportes, etc);

i) identificar e priorizar áreas estratégicas para bloqueio costal no território e avaliar de forma compartilhada com a SESAB, a utilização de UBV pesado (também conhecido como "fumacê da dengue");

j) solicitar, caso necessário, apoio institucional da SESAB e/ou Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde-SUVISA/DIVEP.

A presente recomendação objetiva garantir o direito do cidadão ao efetivo serviço de vigilância epidemiológica, que deverá ser norteador pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades de natureza civil, administrativa e criminal para a hipótese de explosão epidemiológica decorrente da inércia do Município de Santa Cruz Cabralia/BA.

Eunápolis/BA, 03 de fevereiro de 2016.

FERNANDO ZELADA
Procurador da República

RASCUNHO



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE JORNALISMO**

2017

GABARITO PRELIMINAR – JORNALISMO

(Anexo do Edital nº 10, de 12 de junho de 2017)

QUESTÕES

01 - C
02 - D
03 - A
04 - C
05 - A
06 - D
07 - D
08 - A
09 - D
10 - B
11 - E
12 - D
13 - C
14 - B
15 - E
16 - D
17 - A
18 - C
19 - D
20 - E